UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELLECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

0

DOI: 0

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2016 by Fasul. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

CAPÍTULO 2

O URBANO NA ZONA: ESPAÇOS DILUÍDOS, ESPAÇOS RESSIGNIFICADOS

Mirielly Ferraça

Tal como cita Orlandi (2001, p. 7) na abertura da obra *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*, “o sujeito se significa na e pela cidade”. Enquanto espaço simbólico, a cidade significa no confronto com o político, no movimento e nos embates discursivos que a atravessam constantemente. O espaço urbano, como destacam Lagazzi e Brito (2001), acolhe e também expulsa, ela “produz sentidos que acomodam e incomodam” (p. 51).

Esta investigação se propõe a pensar na constituição dos sentidos de *zona*, considerando como espaço significativo o bairro Jardim Itatinga, localizado em Campinas-SP. Às margens da cidade, longe do centro comercial e dos bairros habitados por moradores de alto poder aquisitivo, o bairro Jardim Itatinga se configura como um lugar destinado à prostituição, construído na década de 60 pelo poder público, fruto de um projeto de “limpeza” do centro de Campinas e dos bairros considerados “nobres”. Segundo dados divulgados pelo Centro de Saúde, estima-se que no local cerca de duas mil mulheres se prostituem pelas ruas, casas de prostituição de pequeno, médio e grande porte, ou ainda em suas próprias residências. O bairro é considerado a maior zona urbana a céu aberto da América Latina (TAVARES, 2014), constituído por dezenas de boates, casas de show, pequenos motéis, bares, prostíbulo, e, como parte de um centro urbano, possui um comércio voltado para atender os moradores, como lojas de roupas, de *lingeries*, de acessórios eróticos, restaurantes, padarias, escolas, igrejas e outros empreendimentos. Ainda, como parte “integrante”¹ da dinâmica citadina, há moradores no bairro que não estão envolvidos diretamente com a prostituição e, numa tentativa de distinção, escrevem nas faixadas de suas casas “residência familiar” ou “casa de família”.

Dessa forma, o Jardim Itatinga interessa a esta pesquisa não só por ter sido um espaço criado (possivelmente um dos únicos bairros criados pelo poder público para esse fim no Brasil), mas por justamente constituir um lugar de embates, contradições, repetições, perpetuações e também de ressignificações de sentidos. O Jardim Itatinga é o local de trabalho e de morada de muitas mulheres, dinâmica que dilui a caracterização social de casa e rua, de lar e trabalho, de casa de família e prostíbulo. Assim, *zona* deixa de

1 Coloco a palavra “integrante” entre aspas por ser um espaço que se constitui ao mesmo tempo como parte geográfica da cidade de Campinas, sendo um de seus bairros, mas também como um lugar deslocado, retirado, excluído e marginalizado desde a sua construção em 1967.

ser um local de transição para se tornar um espaço de permanência.

A cidade *significa(-se)*, essa é a premissa para este trabalho. Considera-se a análise de discurso de Pêcheux, aporte teórico que permite pensar como os sentidos de *zona* se constituem no Jardim Itatinga, no embate do perpetuar de uma memória sobre a prostituição, a mulher e a família e, em contrapartida, na ressignificação desses dizeres nesse mesmo espaço. Duas diferentes dimensões de discursividade são movimentadas nesta pesquisa²: uma fotografia retirada de uma matéria da Revista Carta Capital, publicada em fevereiro de 2011, intitulada “Favor não confundir”³, e uma reportagem exibida pelo programa televisivo CQC⁴, veiculada em dezembro de 2013. Ainda, pauta-se nas pesquisas de Helene (2012) e Tavares (2014) sobre o Jardim Itatinga.

JARDIM ITATINGA: A CONSTRUÇÃO E A (RE)SIGNIFICAÇÃO DA ZONA

Mais do que narrar a história da constituição do bairro Jardim Itatinga, descreve-se como a composição do lugar (re)significa a *zona*. Significa porque o lugar enquanto jogo de forças procura manter certa regularização, reafirmando sentidos cristalizados sobre o que é ser garota de programa e seu espaço de circulação, sobre o que é família e seu espaço de constituição. Por outro lado, ressignifica porque há no Jardim Itatinga uma diluição desses espaços: a casa e a rua se sobrepõem e se sobredeterminam, vende-se sexo na própria residência e os filhos estão presentes e fazem parte da cenografia do local. O bairro faz parte de um domínio de significações, que significa e constitui o sujeito:

Neste sentido, a “cidade” (e seus espaços) não refere a um domínio de objetos definidos empiricamente, mas a um domínio de significação, que permite ao sujeito se situar no mundo porque se situa no mundo das significações, isto é, se reconhece e se movimenta nas diversas posições de sujeito que configuram a memória discursiva (ZOPPI-FONTANA, 2003, p. 246).

Assim, o bairro significa a partir das relações entre os espaços e os

2 Esta é uma investigação inicial, visto que o projeto de doutorado em Linguística, vinculado ao programa de pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, prevê entrevistas com garotas de programa do bairro Jardim Itatinga. O projeto inscrito na Plataforma Brasil aguarda o parecer do Comitê de Ética da Universidade para o início efetivo da pesquisa de campo. Por isso, neste momento, o trabalho contempla uma discussão pautada em bibliografias disponíveis sobre o local e análises prévias acerca do espaço (físico e discursivo) Jardim Itatinga.

3 <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/favor-nao-confundir>

4 <https://www.youtube.com/watch?v=3MxoNo2ZiYQ>

sujeitos, imersos numa rede de significações, repetições e (re)atualizações.

Na configuração das cidades em geral, os espaços em que ocorrem a prostituição se constituíram com o próprio desenvolvimento citadino ou também por meio de políticas de exclusão, empurrando mulheres e prostíbulos para além dos portões da cidade.

Inicialmente, as autoridades tentaram desencorajar a prostituição, recusando-se a deixar as prostitutas trabalhar na cidade; as mulheres simplesmente estabeleceram suas casas e bordéis à beira dos portões da cidade – bastante próximos para os clientes urbanos que desejassem “saciar sua sede” sem ter de sair muito do seu caminho (ROBERTS, 1998, p. 94).

Segundo Pereira (2004), em Florianópolis-SC as garotas de programa também foram expulsas do centro para margens da cidade, isso em virtude da nova configuração do comportamento das mulheres da elite, que passaram, ainda que restritamente ao que era permitido pelos pais, irmãos e maridos, a ganhar as ruas e não podiam dividir o mesmo espaço com as garotas de programa. Assim, os setores públicos realizaram “um maior esquadrinhamento geográfico-social das ruas, para que ‘damas’ e ‘vagabundas’ não se misturassem” (PEREIRA, 2004, p. 117).

Ainda assim, as casas de prostituição se tornaram peças constitutivas de qualquer lugar, de todo ambiente urbano, sendo quase elementos constituintes do espaço e da atmosfera urbana, mesmo que por vezes, paradoxalmente, fora de seu espaço físico: “Na geografia das cidades, o bordel é tão indispensável quanto a igreja, o cemitério, a cadeia e a escola, integrando-se à paisagem, ainda que significativamente localizado na fronteira da cidade, quase seu exterior” (CHAUÍ, 1984, p. 80). As casas de prostituição funcionavam, em outras épocas, com mais força e intensidade, como válvula de escape da sociedade, pois, como disserta Richards (1993), a prostituição foi um meio prático de permitir que os jovens rapazes se iniciassem e reafirmassem sua masculinidade, que homens aliviassem suas necessidades sexuais e que, ao mesmo tempo, fosse possível evitar que eles se aproximassem das esposas e filhas respeitadas, o que contribuía para a manutenção da instituição familiar. No entrelaçar histórico-discursivo, sob os sentidos da moral aceita e perpetuada, apaga-se a prostituição enquanto atividade necessária. Não se pode e nem se quer impedir; as casas de tolerância existem no equívoco da exclusão e do essencial, isso visto desde a partir de movimentos de “retirada” das casas de prostituição do centro para os bairros ou para as margens da cidade, até mesmo com a criação de um espaço reservado para a venda de sexo. Expulsa-se ao mesmo tempo em que se quer disponível.

Difícilmente tais lugares são construídos pelo próprio governo, criados unicamente e exclusivamente para a venda de sexo. O Jardim Itatinga é uma *zona* criada para ordenar a localização das garotas de programa no espaço urbano. Fruto de uma política de higienização, o bairro foi estrategicamente construído distante do centro, na região Sudoeste de Campinas, às margens das rodovias Santos Dumont (SP-075) e Bandeirantes (SP-348), no extremo das delimitações territoriais da cidade. Tal configuração geográfica cria uma espécie de ilha, mantendo afastadas as mulheres que não cabiam nas ruas e avenidas centrais. É o que se pode observar no mapa 1:

Mapa 1 – Localização Jardim Itatinga

Mapa 2 – Do bairro Taquaral ao Jardim Itatinga

Campinas, ainda uma cidade pequena na década de 60, constituía-se pela área central e alguns bairros, como Cambuí, Ponte Preta, Taquaral e Guanabara (HELENE, 2012). As garotas de programa ofereciam sexo nas ruas ou trabalhavam em casas de prostituição espalhadas pela cidade. Nessa época, em decorrência também da ditadura e das ações que buscavam impor a ordem e restabelecer a moral, um projeto de higienização realizado pelo poder público entra em vigor, transferindo as prostitutas para a periferia, medida que impossibilitava o esbarrar das “famílias de respeito” com as “garotas de

vida fácil”, mas que possibilitava, às escondidas, sexo pago aos homens dessas mesmas “famílias de respeito”. De certa forma, essa delimitação dos espaços determina o comportamento sexual de homens e mulheres, com quem, onde e o que se pode fazer:

Assim, o confinamento da prostituição, além representar uma forma de isolar e controlar o meretrício, também delimita os contornos da cidade legal (identificada como espaço da “família” e da “ordem”) e determina, entre outras coisas, tipos de comportamentos sexuais femininos aceitos nessa parcela da cidade. Se, por um lado, há uma reificação de valores conservadores sobre o corpo e o comportamento feminino na cidade oficialmente aceita, em outra, na área confinada, há um laboratório de novas práticas e corporalidades ligadas ao corpo feminino na prostituição, que vão preenchendo de significados os contornos da zona (TAVARES, 2014, p. 21).

Nesse período, com maior intensidade, impera a dual relação que permeia os sentidos sobre a mulher: de um lado a *boa*, aquela destinada ao casamento, ao cuidado do lar, idealizada perante os ditames sociais, e a *má*, destinada ao sexo e ao prazer, associada à liberdade sexual. Por consequência dessa delimitação da esposa e da puta, o espaço de circulação e permanência dessas duas posições é fortemente definido, tanto que a criação do Jardim Itatinga se relaciona também⁵ aos sentidos dessa delimitação moral. Se a intenção é separar uma e outra, discute-se na sequência justamente a porosidade que circunscreve esses lugares, a *boa* e a *má*, na configuração da dinâmica de funcionamento do Jardim Itatinga, encontram-se numa relação de sobreposição.

O investimento na expansão periférica de Campinas levou para longe da área central também as classes trabalhadoras, com a construção de loteamentos habitacionais, próximo ao bairro Itatinga, lugares com infraestrutura urbana precária (EMILIANO, 2006). Segundo Helene (2012), as ruas internas do Itatinga permaneceram anos sem calçamento, energia elétrica, água e saneamento básico. Vale dizer, como posto por Bahia (2003), que o interesse da classe política dominante do período era valorizar o bairro Taquaral (um dos mais nobres da cidade) e a região central, por isso a “Operação Limpeza” fechou cortiços, bares e prostíbulos, levando para longe tudo o que pudesse desvalorizar essas regiões. No mapa 2, disposto anteriormente, é possível observar a distância entre o bairro Taquaral, que abrigava maior número de garotas de programa e de cortiços na época, e o Jardim Itatinga. São quase 15 quilômetros separando um e outro; as garotas

⁵ Numa via de mão dupla, a política de higienização relaciona-se fortemente com a moral imposta, mas (talvez principalmente) também com o jogo político e econômico, visto que a valorização financeira dos espaços passa necessariamente por uma ordem moral.

de programa foram colocadas, de fato, para fora. Elas estão fora ao mesmo tempo em que estão dentro da cidade, encontram-se na relação contraditória entre pertencer e não-pertencer.

A “operação Limpeza” iniciou-se em 1966 e não ocorreu de modo pacífico. Foram realizados “acordos” com as proprietárias das casas de prostituição para que seus estabelecimentos fossem substituídos por outros, sendo ameaçadas de serem presas caso não aceitassem: “O não aceite do “convite” de transferência acarretava na instauração de um inquérito por exploração de lenocínio ou por vadiagem” (TAVARES, 2014, p. 20). Com as prostitutas que trabalhavam por conta nas ruas houve o uso de força e violência policial, e o que ancorava tal posicionamento era o argumento da sífilis e o apoio da opinião pública sobre a necessária limpeza (HELENE, 2012).

Assim, em 1967 o Jardim Itatinga recebeu sua primeira casa de prostituição e no ano seguinte 20 bordeis já funcionavam pelo bairro.

Cheguei em 69 [...]. Aí, de lá pra cá, o bairro mudou bastante, a gente tem asfalto, a gente tem água e esgoto daquele jeito, mas a gente tem. Quando eu vim pra cá só tinha umas quatro ou cinco cafetinas que vieram pra cá, hoje a gente tá em torno aí de mil casas e construindo mais, 13 ruas de zona, vai, tá bom (Soninha Catatau)⁶.

Na distância politicamente imposta, as condições de moradia e de trabalho não foram pauta de discussão entre as futuras moradoras e a prefeitura. A necessidade era retirar aquilo que impossibilita o desenvolvimento e crescimento citadino sob a moral vigente, sem que se perdesse os serviços prestados por essas mulheres, visto serem essenciais para o funcionamento dessa mesma moral que excluí e, de certa forma, inclui. Mantinha-se afastado ao mesmo tempo em que se queria por perto. A venda de sexo não era proibida, desde que acontecesse em um espaço permitido: o Jardim Itatinga.

Desde a instalação das casas de prostituição, o bairro passou a significar, então, enquanto local exclusivo e destinado à venda e à compra de sexo:

É muito comum escutarmos, como argumento para retirada de profissionais do sexo de determinada região que, estas, “deveriam estar no Itatinga”, facilitando ainda mais a segregação das prostitutas do perímetro urbano. O planejamento urbano conseguiu realizar o seu objetivo: deu nome próprio e um lugar próprio para a prostituição da cidade de Campinas (HELENE, 2012, p. 5).

6 Entrevista concedida ao programa televisivo CQC: <https://www.youtube.com/watch?v=3MxoNo2ZiYQ>

Assim, apesar de a prostituição existir em outras partes da cidade, o Jardim Itatinga tornou-se o lugar próprio para a prostituição em Campinas e região, isso tanto para os clientes como também para as garotas que vêm de outros municípios. O bairro, como já assinalado, é considerado a maior zona urbana de prostituição da América Latina. Cerca de duas mil mulheres, segundo dados divulgados pelo Centro de Saúde do bairro, prostituem-se nas ruas ou ainda nas 200 casas de prostituição do Jardim Itatinga. No local, a prostituição ocorre 24 horas por dia, durante toda a semana, inclusive domingos e feriados.

Enquanto bairro, lugar inscrito na e constituinte da cidade, no Jardim Itatinga há estabelecimentos comerciais que giram em torno da prostituição e outros que fazem parte da vida urbana. Assim, além das casas de prostituição, há mercearias, padarias, escolas, igrejas e uma grande quantidade de bares, salões de beleza, lojas de roupas, *de lingeries*, além de outros estabelecimentos comerciais. Há ainda instituições governamentais especializadas em atender as profissionais do sexo do bairro, como a pastoral da mulher marginalizada e o centro de saúde. Tais lugares funcionam em conjunto com a venda de sexo, e a partir da prostituição se ressignificam.

A *zona* deixa de ser o local exclusivo e destinado a comercialização de sexo e passa a ser local de sociabilidade, de trabalho, de moradia e de constituição familiar:

Soninha, resumindo, o que significa Itatinga pra você?

Onde eu vivo, onde estão meus amigos, colegas e tudo, meu lugar de trabalho. O Itatinga é uma ponta grande da economia de Campinas, aqui todas nós consumimos, todos nós alugamos casa fora, todas nós temos carro, todo mundo paga imposto, paga água, paga luz, e isso não é bem visto na sociedade⁷.

Pertencente ao meio urbano, há no Jardim Itatinga regularidades na sua organização, isto é, assim como em outros bairros, no local há casas, empreendimentos, circulação e interação entre moradores e visitantes. Enquanto lugar em que irrompem as contradições, casas, empreendimentos, circulação e interação entre moradores e visitantes ocorre a partir da venda de sexo. A questão é que o concebido como regular para um espaço urbano se reafirma ao mesmo tempo em que se dilui no Jardim Itatinga, isso porque qualquer atividade diária, comumente realizada em outros lugares, como levar os filhos à escola, ir à padaria ou ao salão de beleza, são praticadas ao lado da e com a prostituição.

⁷ Entrevista concedida ao programa televisivo CQC: <https://www.youtube.com/ch?v=3MxoNo2ZiYQ>

Depois de dois meses, Carla alugou uma sala onde montou um salão de beleza. Essa sala possuía na frente um espaço onde prestaria serviços de cabeleireira e, no fundo, uma suíte onde continuaria a prestar serviços sexuais. Fazia ponto na porta com uma placa atrás anunciando os serviços de cabeleireira. Assim, se alguém se interessasse pelo programa, ela a levava ao quarto do fundo, se alguém quisesse cortar ou pintar o cabelo, o levava para a sala da frente (TAVARES, 2014, p. 75).

O sujeito relatado pela pesquisadora encontra-se no limiar entre espaços historicamente demarcados e significados. Enquanto espaço urbano, os sentidos da sobreposição desses lugares são ressignificados, visto que aquilo que não se tolera ou que não se aceitaria no ambiente citadino, como a presença da venda de sexo em qualquer lugar, em qualquer horário e em contato com estabelecimentos que não se relacionam diretamente com a prostituição, é prática comum no Jardim Itatinga. Tavares (2014) relata em sua pesquisa que as mulheres que se prostituem pelas ruas do local usam como vestimenta peças curtas ou mesmo *lingeries*, deixando grande parte do corpo à mostra. Tal composição não é diferente em outros lugares, mas o que se torna significativo para a constituição dos sentidos do Jardim Itatinga é o espaço público estar diretamente relacionado à nudez dos corpos femininos e ainda a nudez ser uma composição que impera no dia a dia do bairro, visto que se pode entrar na padaria, frequentar bares e lanchonetes usando somente uma calcinha fio dental, por exemplo.

Vestidas assim, elas não apenas abordam os clientes, mas também transitam em lugares diversos do bairro: vão ao salão, à padaria, ao posto de saúde, ao restaurante e fazem visitas a colegas de outros pontos. A utilização e a exibição do corpo no trabalho sexual são defendidas como direitos concedidos pela Zona, e também são percebidas como demonstração de poder e apropriação daquele espaço (TAVARES, 2014, p. 23).

O corpo da garota de programa significa no (e para a constituição simbólica do) Jardim Itatinga. Além da vestimenta, a apropriação do espaço da rua, gestualidade e expressão corporal relacionada tanto à exposição quanto à negociação do programa com os clientes, e, ainda, a movimentação pelos espaços de sociabilidade citadina demarcam as regras do espaço, significando sujeito e bairro.

A *zona*, nesse sentido, passa a se ressignificar, visto se constituir inteiramente no espaço urbano, sendo esse sempre negado às casas de prostituição que precisavam ou estar fora do perímetro citadino ou se dentro

dele, funcionar às escuras, em um ambiente fechado. As fronteiras que definem e delimitam o que é *zona* e espaço público se diluem, constituindo um outro lugar, que significa a partir da confluência das sobreposições de lugares distintos. Trata-se: a) da *zona* mais o espaço público permissivo, b) da *zona* mais o funcionamento do espaço urbano e c) da *zona* mais a constituição familiar. Como cidade é constituída para e por sujeitos, vale dizer que os sujeitos se movimentam nesses espaços, vivem (n)a contradição e produzem sentidos. O sujeito se identifica na relação: prostituta-cidadã, prostituta-mãe, prostituta-dona de casa, prostituta-ordem familiar, isso porque “a cidade se mostra através de seus confrontos” e as garotas do Jardim Itatinga se constituem como referências para “refletirmos sobre as posições sujeitos no funcionamento do discurso e os lugares de interpretação no interior da ordem social” (LAGAZZI e BRITO, 2001, p. 54).

As casas de prostituição são denominadas no cotidiano do bairro apenas como casa, visto que no local grande parte das residências são lugares destinados a venda de sexo e não precisaria realizar a distinção. Já as proprietárias são nomeadas apenas de “donas de casa”, ou seja, donas de casas de prostituição. Essas duas expressões funcionam tanto por materializarem uma memória que se significa no contraponto entre casa e rua, como também na (re)atualização intradiscursiva de outros sentidos que irrompem e significam no funcionamento das condições de produção desse enunciado. A “casa” e a “dona de casa” significam na contradição de seu uso corrente e subvertem (ao mesmo tempo em que mesclam) os sentidos pré-estabelecidos de *boa* e *má* mulher mencionados anteriormente. Se casa (de família) e dona de casa eram as expressões que não combinavam com a prostituição em outras áreas da cidade, no Itatinga elas estão presentes, mas significam nas condições discursivas próprias do espaço em questão, a deriva de sentidos só se dá porque a língua está na história, porque há movimento dos sentidos e porque o sujeito é determinado por essa relação espaço-social simbólica. Na rede contraditória de sentidos, “dona de casa” é tida como aquela que cuida do lar e, por associação, da família; na ressignificação do nome, a proprietária da casa de prostituição é aquela que cuida, mas também é aquela que explora. Tavares (2014) cita casos em que as garotas de programa, ao alugarem um quarto das donas de casa, possuem deveres a cumprir, como horário “de trabalho” fixo e penas, como descontos no caso de faltas.

Predominam-se casas de prostituição no bairro e essas são chamadas apenas de “casa”, as casas em que não há relação com a prostituição precisam inscrever em suas faixadas a expressão: “Residência Familiar” ou “Casa de Família”.

Foto: Rodrigo Martins – Revista Carta Capital⁸

A prostituição e a família parecem se constituir numa relação antagonônica, visto ser a família constituída historicamente como representante da ordem moral e a garota de programa colocada ao lado da imoralidade. A placa é colocada para que os clientes não confundam a residência com uma casa de prostituição. O gesto acaba perpetuando a distinção entre família e garota de programa, como se a prostituta não pudesse nem ter, nem pertencer à uma família, como se isso fosse possível. Por isso, questiona-se: que família é essa? Ressoa nessa diferenciação sentidos cristalizados sobre o próprio comportamento sexual feminino e, logo, sentidos sobre o que é ser mulher. Por deslize discursivo, poderia pensar de “casa de família” para “moça de família”, “mãe de família”, “pai de família”. Tais paráfrases funcionam na direção do reforço de quem seria essa família posta em destaque e em movimento na placa. O efeito sustenta aquilo que se espera moralmente dos membros familiares: a “moça de família” como mulher de respeito, associada a possibilidade de casamento; “a mãe de família” como a idealização da mulher, dona de casa e do lar, naturalizando também os deveres com relação à maternidade e “homem de família”, expressão associada à imagem do provedor, trabalhador e respeitável. Ainda, vale ressaltar que a construção de tais sentidos para as mulheres “de família” conduz também ao sentido que se dá ao sexo e o que se espera do comportamento sexual dessas mulheres (e na oposição seria também delineado a sexualidade daquela que não pertence

8 <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/favor-nao-confundir>

à casa, que não se encaixa no comportamento ideal: a puta). Assim, sentidos que caracterizam os membros e o comportamento ideal para a composição familiar contrastam com os efeitos que se tem sobre a prostituição, colocando a garota de programa na contramão do que se esperaria de uma “moça de família”, por exemplo.

A placa é significada pelo Jardim Itatinga ao mesmo tempo em que significa o Jardim Itatinga. Em outros bairros, o contrário funciona. Aquilo que não é reconhecido como residência, é nomeado de “casa de prostituição”, “casa de tolerância”, visto ser em outros espaços o prostíbulo o diferente, já no Itatinga, pelos efeitos de sentido que na placa ressoa, o diferente é a residência familiar.

De “mulher da casa” tem-se a “mulher da rua” como o seu contrário funcionando na placa, mas, ao mesmo tempo em que há a perpetuação de sentidos, há também movimentos na significação da constituição espacial-discursiva do bairro, visto que a relação garota de programa, mãe de família, dona de casa se cruzam e se sobrepõem, ressignificando quem é a prostituta nesse local, que posição ocupa e o que pode e deve dizer nesse espaço.

No Jardim Itatinga (re)significa a ordem e na desordem, o público no privado e vice-versa, ali as fronteiras são diluídas; também perpetuadas, mas ressignificadas. Não pleno, movente. O espaço urbano constitui-se na instabilidade, recoberto por disjunções, conflitos, perpetuações, deslocamentos, lugar de desdobramentos, diria Pêcheux (1999), movimento que permite que o sujeito (se) signifique.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA, Karolina; LUIZARI, Larissa e FARIA, Nara. **Zona de Prazeres: O confinamento da prostituição no Jd. Itatinga** (livro-reportagem), 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HELENE, Diane. **A invenção do Jardim Itatinga: o zoneamento urbano da Prostituição**. Trabalho apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 02 e 05 de julho de 2012, em São Paulo, SP.

EMILIANO, Elisamara O. **Legislação para habitação de Interesse Social: Estudo de caso de Campinas**. Tese (Mestrado em Urbanismo). Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP), Campinas, SP: 2006.

LAGAZZI, Suzy-Rodrigues, BRITO, Priscila Salvato. As ocupações dos sem-teto na discursividade da cidade. In: **Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano**. Org. Eni P. Orlandi – Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni. Apresentação: Cidade Atravessada. In: **Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano**. Org. Eni P. Orlandi – Campinas, SP: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre (org) **Papel da Memória**. [trad. José Horta Nunes]. Campinas: Pontes, 1999.

PEREIRA, Ivonete. **As decaídas: prostituição em Florianópolis (1900-1940)**. Florianópolis: Ed.da UFSC, 2004.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na História**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.

TAVARES, Aline. **A organização da Zona: notas etnográficas sobre relações de poder na zona de prostituição Jardim Itatinga, Campinas – SP, 2014**. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

ZOPPI-FONTANA. Identidades (in)formais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. **Revista Organon**, UFRGS, v. 17, nº35, 2003.